

---

# Kamé e kairu: concepções cosmológicas na educação básica para o estudo do grafismo kaingang

| Ivan Jeferson **Kappaun**  
UNISC

| Liliane **Frantz**  
UNISC

# RESUMO

**Objetivo:** Este texto tem o propósito de discutir questões suscitadas pela ação pedagógica em uma escola da rede privada da cidade de Santa Cruz do Sul/RS, a partir dos estudos promovidos nos componentes curriculares de Arte e de Ensino Religioso – grafismo e cosmologia kaingang. **Resultados:** Tal experiência nos conduziu à reflexão acerca dos paradoxos que constituem nossa relação com a cultura indígena, bem como a repensar os modos como nos relacionamos com a natureza, com os outros e conosco. Assim, foi possível conhecer e repensar nossas origens de matriz indígena, bem como as relações que estabelecemos com esses povos, ampliando reflexões acerca da constituição identitária indígena nos dias atuais, no que tange às relações com os não-indígenas, às demarcações de terras, à história e à cultura, a fim de desconstruir estereótipos, combater preconceitos e exercitar o respeito a diferentes culturas. **Conclusão:** Reconhecemos a cultura indígena como parte integrante e essencial da nossa comunidade; portanto, é fundamental vivenciar e conhecer esses saberes para constituir uma sociedade na qual prevaleça a equidade e que exercite vínculos mais potentes de convivência e de diálogo entre as diversidades.

**Palavras-chave:** Cultura Indígena, Kaingang, Grafismo, Diferenças, Kamé e Kairu.



## ■ INTRODUÇÃO

O presente artigo surge da intenção de problematizar e discutir experiências vivenciadas por estudantes do 6º ano da Escola de Educação Básica Educar-se, localizada na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), no Vale do Rio Pardo/RS. A proposição inicial foi provocar uma reflexão acerca da religiosidade e as reverberações que tais concepções assumem nas artes praticadas pelos Kaingang. O objetivo geral dessa atividade foi conhecer a cultura Kaingang em suas mais variadas manifestações, o que permitiu compreender os conceitos cosmológicos de Kamé e Kairu, que remontam ao mito de origem dos Kaingang, diferenciando e, ao mesmo tempo, compreendendo a sua complementaridade.

Como ação decorrente de um projeto maior, intitulado *As raízes indígenas na cultura gaúcha*<sup>1</sup>, o estudo realizado com estudantes do ensino fundamental acerca da cosmologia e do grafismo Kaingang perpassou pela visita à aldeia Foxá, localizada na cidade de Lajeado/RS. Essa experiência *in loco*, promovida pela articulação e pela organização entre os professores dos componentes curriculares de Arte e Ensino Religioso – que também são autores deste artigo -, resultou numa vivência que transcendeu totalmente as expectativas iniciais, uma vez que o envolvimento e a interação dos estudantes com a comunidade indígena foi muito efetiva e repleta de sentidos. Esse dia contou com palestra, roda de conversa com um pajé Kaingang (que, coincidentemente, estava de passagem pela aldeia Foxá naquele dia), jogo de futebol entre as crianças, aquisição de artesanato indígena e muitas vivências em meio à natureza.

Por fim, subsequente à visita, ainda foi proposto aos estudantes que realizassem experimentações artísticas com tintas sobre pedaços de madeira de diferentes tamanhos, com o intuito de registrar padrões geométricos a partir das concepções cosmológicas Kaingang, manifestadas pelas metades exogâmicas Kamé e Kairu. Na sequência, vamos discutir as aproximações e opções teóricas que embasam nossas ações e reflexões a partir da cultura Kaingang e sua potência pedagógica na educação escolar.

---

1 O projeto *As raízes indígenas na cultura gaúcha* iniciou-se em setembro de 2019. Foi pensado pela professora de Ensino Religioso da Escola Educar-se, com a intenção de possibilitar aos estudantes de toda a escola momentos de reflexão acerca da cultura indígena. Foram várias ações praticadas ao longo de vários dias, incluindo reflexões, através de contação de histórias indígenas, bem como o estudo da sua religiosidade: corpo e espiritualidade, o humano e a natureza. Ainda, foram promovidas atividades artísticas, apreciação musical ativa das canções indígenas, palestras, vídeos e debates. No entanto, o ponto alto de todo o movimento gerado pelo projeto se concretizou com a visita dos indígenas Kaingang e Mbya Guarani à escola, compartilhando saberes, atividades lúdicas e questões políticas que envolvem os indígenas hoje, suas lutas e história.





## ■ MÉTODO

Este trabalho apresenta como método de abordagem a pesquisa bibliográfica, buscando delimitar alguns contornos teóricos que emergiram da ação prática de estudantes, professores e indígenas, em trocas interculturais. A opção pela investigação bibliográfica se deu sobremaneira pela necessidade de acolher e de dar sentido a uma grande demanda de problematizações, desconstruções e questionamentos que surgiram a partir dos movimentos realizados com indígenas, tanto em âmbito escolar como na aldeia Foxá/RS.

É importante destacar que a proposta deste trabalho não é relatar uma experiência, mas discutir questões teóricas que emergiram dessas vivências, ou seja, questões que tangem, sobretudo, a educação indígena Kaingang e a estreita relação com sua cosmologia e seu mito de origem. São concepções e modos de relacionar-se conosco, com o outro e com o mundo que nos mobilizaram a repensar nossas próprias concepções, não somente de educação, mas de humanos, que coexistem com outros humanos em um mundo comum. Daí decorre nosso movimento de aprofundar questões teóricas para compreender melhor o que foi acolhido nas vivências interculturais.

Desse modo, para compreender o caminho trilhado até a concreção deste texto, vamos apresentar as ações que culminaram com a desacomodação que nos lançou à pesquisa. Inicialmente, os estudantes foram incentivados a pensar sobre os indígenas para, depois, pensar com os indígenas. É interessante observar que nós - professores - fomos levados a confrontar as novas vivências com nossos preconceitos e com nossas ignorâncias. Verdades cristalizadas pelo uso e encardidas pelo tempo se desmancharam diante das práticas interculturais - primeiramente com os indígenas no espaço da escola Educar-se e, subsequentemente, na aldeia Foxá. Fomos todos convidados a repensar não somente os conhecimentos que estamos acostumados a conhecer, através das mídias ou dos registros nos livros didáticos, mas fomos instigados a vivenciar a experiência do estar com os indígenas.

Nesse sentido, após leituras e debates que fizeram parte desta etapa inicial, passou-se para o confronto entre concepções, a partir da relação direta com os indígenas na escola, promovendo momentos que envolveram todos os estudantes da Educar-se, que tiveram o privilégio de conversar acerca de dúvidas e curiosidades sobre a cultura indígena. Por fim, a apreensão do que foi estudado e do que foi confrontado na relação primeira com indígenas no educandário consolidou-se na ida até a aldeia. O movimento e o esforço dedicados à concretização dessas ações permitiram atentar para a invisibilidade dos povos indígenas, para o preconceito que sofrem diariamente, bem como, para seus movimentos de luta e de resistência. Foi uma ação que marcou profundamente cada um dos estudantes. Quanto a nós professores, reforçou a necessidade e o compromisso ético de investigar de forma profunda as culturas indígenas. Não com o intento de tornar-se indígena (jamais poderemos





ser indígenas), mas de assumir o compromisso de exercitar uma prática pedagógica que promova a percepção do indígena e afaste os estereótipos e os preconceitos que os acompanham. Essa transformação sempre precisa ocorrer primeiramente em nós, para depois efetuar transformações no outro e no mundo. Certamente, fomos transformados.

## ■ RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Cultura Kaingang

A organização cultural Kaingang conjuga aspectos do mundo natural, simbólico e social, sem que sejam dissociados da vida. Há uma inter-relação entre tais dimensões da vida Kaingang, marcada e influenciada pelo modo como o mundo é percebido. Tal percepção revela a importância em “preservar as sociedades indígenas e seus saberes, pois elas constituem um patrimônio humano inestimável da cultura universal” (LAROQUE; SILVA, 2013, p. 254).

Os Kaingang constituem seu tempo e espaço de acordo com suas próprias concepções, que perpassam por uma relação muito específica com a natureza e entre si, de acordo com representações simbólicas historicamente elaboradas e transmitidas ao longo das gerações. Portanto, a constituição do ser Kaingang está relacionada ao próprio viver, de acordo com os referenciais e modelos práticos e simbólicos que emergem nas relações cotidianas. O entendimento e a percepção da cultura Kaingang precisa ser pautada pela diferença. A cultura, nesse âmbito, refere-se às tradições indígenas e à demarcação da sua diferença.

De acordo com Prestes e Laroque (2018), os *Kaingang* são a maior população indígena do Brasil Meridional, somando aproximadamente trinta e sete mil indivíduos, com expressividade maior nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. “Constituem os mais numerosos povos indígenas do sul do Brasil, falantes da língua pertencente à família linguística Jê. Esta sociedade é formada por uma estrutura dualista, por meio da divisão em metades exogâmicas que se complementam: Kamé e Kairu” (PRESTES; LAROQUE, 2018, p. 314). Abordamos os aspectos característicos e a importância dessa estrutura dualista mais adiante.

Localizada no município de Lajeado, a aldeia Foxá é uma das três aldeias situadas no vale do Rio Taquari. A proposta aqui apresentada originou-se da visita a esta aldeia com os estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental da Escola Educar-se. Uma evidência que se revelou de forma muito consistente, ainda que exista uma relação muito próxima dos habitantes da aldeia com os não-indígenas, foi a territorialidade bem definida pelos aspectos simbólicos e culturais Kaingang. A partir dos estudos realizados por Prestes e Laroque (2018), podemos afirmar que a aldeia Foxá localiza-se em contexto urbano, por ser um território cedido pela União. As concepções cosmológicas e culturais são preservadas como





movimento de resistência aos preceitos e imposições culturais não-indígenas, na luta pela conservação e pela efetivação de seus direitos.

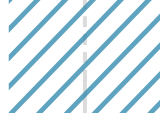
Não podemos ignorar que, na Constituição Federal de 1988, foram reconhecidos os direitos humanos fundamentais, assegurando o direito ao desenvolvimento, à diferença, à tradição e à diversidade cultural, destinando um capítulo específico à determinação e à garantia de direitos fundamentais dos povos indígenas, incluindo a preservação da sua língua materna. Nesse sentido, podemos inferir que a educação assume importante papel nessa relação, visto que é o modo pelo qual os indígenas exercitam a manutenção e a preservação de seus princípios culturais. No entanto, também cabe destacar que o entendimento de educação pelos povos nativos não é a mesma concepção que nós temos de educação. Não podemos assumir a educação como um modo de colonização e de alienação cultural indígena.

No que tange à educação, conforme Prestes e Laroque (2018), a questão é tema de muitas lutas e reivindicações por parte dos Kaingang, já que consideram o acesso à educação pressuposto para o bom relacionamento com a sociedade não indígena em geral, para o reconhecimento social e como exercício da cidadania. O ponto sensível está na imposição da educação escolar nas comunidades indígenas, revelando um viés colonialista de dominação e de aculturação. No tocante à efetivação de políticas educacionais em território indígena, é possível observar que todas as crianças têm direito à educação, mas nem sempre esse direito é praticado. Para compreender essa questão, é importante entender que a formação de uma criança indígena transcende a educação escolar e compreende também a transmissão e a conservação de conhecimentos tradicionais, a manutenção e o fortalecimento cultural, bem como a conscientização das atuais e das futuras gerações.

Ao longo da história, os Kaingang conviveram com um intenso processo de expropriação de suas terras, de destruição das matas nativas, sua fonte de subsistência, enquanto seus campos deram lugar às grandes cidades e fazendas. Esse movimento histórico provocou, além de consequências evidentes e desastrosas aos povos Kaingang, a perda da autonomia política desses povos e, mais recentemente e decorrente da primeira, a perda da autonomia econômica. Tais movimentos condicionaram os indígenas ao sistema econômico de mercado, como pode ser observado na maior parte das comunidades indígenas que ainda persistem.

A criação da Terra Indígena Foxá segue a mesma trajetória da dos demais Kaingang, ou seja, a saída das terras indígenas do Planalto e a instalação próxima a cidades, tendo como base, estratégias de subsistência. Assim, o deslocamento dos Kaingang para o Vale do Taquari representa um processo de reterritorialização, ou seja, famílias oriundas de Nonoai e Votouro (que fizeram parte dos antigos aldeamentos), chegaram a Lajeado, por volta do ano 2000, e se instalaram às margens da RS 130, nas proximidades da rodoviária e do Presídio Estadual de Lajeado, local de grande fluxo de pessoas, que possibilitaria a venda de artesanatos. Apesar da precariedade do local e dos riscos tanto pelo movimento da estrada quanto pelas eventuais fugas do pre-





sídio, os Kaingang ali permaneceram [...]. Suas solicitações foram atendidas. A Prefeitura de Lajeado cedeu-lhes um espaço no Bairro Jardim do Cedro, um lugar mais tranquilo, que conta com uma pequena mata, onde é possível coletar alguns frutos e materiais para a confecção do artesanato. Ademais, os Kaingang receberam do Poder Público, algumas casas, onde, inicialmente, foram instaladas seis famílias. Atualmente, lá vivem mais de 20 famílias; por isso, mais casas foram construídas pelos próprios indígenas [...]. Sabe-se que o espaço ainda não é adequado, pois, para a realização de algumas práticas culturais, seria necessário um espaço maior (PRESTES; LAROQUE, 2018, p. 317-318).

A partir da visitação e da conversa com lideranças indígenas da aldeia Foxá, ficou evidente que muitos moradores da comunidade trabalham em empresas locais. Esse fato nos leva a pensar acerca da constituição identitária cultural dos povos indígenas, mais especificamente, a dos Kaingang, no que diz respeito ao esforço para resistir aos movimentos que promovem a despotencialização da manutenção e da preservação dos modos de conceber e de relacionar-se com a natureza.

### **Kamé e Kairu e o grafismo Kaingang**

Agora passamos a discutir as metades exogâmicas anteriormente mencionadas: Kamé e Kairu. A concepção dessas metades está associada ao mito de origem dos Kaingang, relacionado à crença originária a partir da Terra. As duas metades são representadas graficamente, marcando uma relação com o sol e com a lua. A metade Kamé remete aos raios do sol, registrados por meio de linhas. Já a metade Kairu remete à lua, representada por formas redondas. Vale destacar que a relação entre as metades exogâmicas baseia-se na dualidade e na complementaridade entre elas, ou seja, uma engloba a outra.

Os mitos originários Kaingang concebem a metade Kamé como sendo a origem da metade Kairu, isto é, a origem da lua, associada a Kairu. Esses mitos contam que, no início dos tempos, Kamé era um sol que perdeu sua intensidade luminosa inicial para tornar-se o astro da noite. Esses mitos se apoiam numa distinção e numa assimetria (o dualismo Kamé/Kairu), que eles reiteram e enunciam ao mesmo tempo ao situá-los em relação a um originário grau zero da aliança, no qual Kamé engloba seu contrário Kairu. “Por sua aliança com um animal-auxiliar da mesma metade, o xamã kaingang reitera esta situação fundadora na qual somente os Kamé constituíam as bases sociológicas da sociedade Kaingang” (CRÉPEAU, 2002, p. 126).

Quanto à relação com o espaço dos Kaingang, a dualidade se manifesta, por exemplo, na marcação dos espaços nos cemitérios, onde Kamé e Kairu são sepultados a leste e a oeste, respectivamente. Divergindo de muitas culturas indígenas, o espaço Kaingang não se orienta pelo círculo, mas pela orientação Leste-Oeste, marcada pela trajetória do sol. As casas, inclusive, são construídas seguindo essa orientação. De acordo com Pohl



e Milder (2008), toda a cosmologia, os animais, os objetos e formas da natureza são ou Kamé ou Kairu. Graficamente, todas as formas redondas, baixas, que são fechadas sobre si mesmas são Kairu, enquanto as formas compridas, abertas, leves, que não têm fim, são Kamé. Nos cestos de taquara confeccionados pelos Kaingang, por exemplo, podem ser identificadas duas categorias: *ror* (Kairu) e *téi* (Kamé). Enquanto *ror* abrange os cestos baixos e redondos, a categoria *téi* compreende os cestos altos, sem fim e compridos. “O grafismo kaingang pode ocorrer em diferentes formas, ocupando variadas funções na cultura da população indígena. Ocorre nos trançados, tecidos, armas, utensílios feitos em cabaça, troncos de pinheiros e nos corpos de kaingang” (POHL; MILDER, 2008, p. 4). Os registros gráficos encontrados nos artefatos indígenas, principalmente nos trançados, são referências visuais de sua identidade cultural em relação à sociedade que os cerca, seja a não índia ou a de outra etnia indígena. Entretanto, como revelam Pohl e Milder (2008), a cosmovisão dualista Kaingang corre risco de se perder, uma vez que parece preservada apenas na memória dos mais velhos. Por isso, a educação é um poderoso meio de conservação das tradições indígenas, como veremos a seguir.

## **A educação indígena**

No que concerne à educação escolar indígena, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os povos nativos tiveram assegurado o direito a uma educação diferenciada, calcada em seus próprios processos de aprendizagem e na utilização da sua língua materna. Desse modo, as escolas indígenas deveriam ser espaço de preservação das organizações sociais, dos costumes, línguas e crenças, bem como do aprendizado da sua cultura e dos seus valores.

Laroque e Silva (2013) nos levam a refletir e a reconhecer a importância de considerar que a concepção de escola para o grupo indígena Kaingang é diferente da que nós, não indígenas, temos. Nesse sentido, não podemos conceber a escola indígena a partir de parâmetros escolares não indígenas. Isso perpassa também pela percepção de que o índio perpetua seu modo de ser, nos seus costumes, na sua visão de mundo, nas relações que estabelece com os outros, na sua religiosidade. Qualquer esforço em considerar o jeito indígena de ser sem levar em consideração os aspectos mencionados é uma manifestação racista, que revela predisposição impositiva de aculturação dos povos nativos.

Ainda, de acordo com Laroque e Silva (2013), o que os indígenas esperam da escola é que ela efetive o cumprimento de seu papel de ser uma escola bilíngue. No entanto, tal realidade tem se mostrado muito distante do que é praticado em muitos espaços formais de educação, em territórios indígenas. Não é a escola o principal meio de efetivar a educação indígena, mas ela pode ser um importante instrumento de consolidação dos valores culturais







dos diferentes povos indígenas. Nesse sentido, a escola, além de ser tempo e espaço de revitalização cultural e de retomada da língua materna, é fator de mediação na compreensão da sociedade nacional, uma vez que manifestações de outras culturas permeiam o cotidiano nas aldeias indígenas, com as quais nem sempre estão aptos a lidar. Não podemos ignorar o processo de sincretismo cultural que ocorreu e continua ocorrendo nos dias atuais. “Em resumo, o que os Kaingang esperam da escola é que ela possa, acima de tudo, respeitar o jeito de ser indígena e também ajudar a compreender a sociedade nacional, visando fortalecer cada vez mais sua própria cultura” (LAROQUE; SILVA, 2013, p. 264-265).

A importância da preservação da língua materna Kaingang evidencia-se na concepção de que a língua é sagrada, pois toda a organização lógica, a memória e a estrutura de pensamento constitui-se a partir dela. Tanto que muitas palavras Kaingang não encontram correspondentes na língua portuguesa, pois carregam sentidos que são compreensíveis somente para quem vive essa cultura. Daí a importância de uma escola bilíngue e do professor bilíngue, o que revela também a dimensão política que a efetivação de uma escola bilíngue significa para a comunidade em que se constitui, pois garante uma relação mais equilibrada entre as diferentes culturas indígenas e não indígenas.

A educação centrada em uma instituição chamada escola é um apoio fundamental para a garantia e a manutenção dessa cultura, mas, sobretudo, deve acontecer nos moldes do que prevê a lei, que garante uma educação que respeite o jeito de ser Kaingang e que seja preferencialmente trabalhada por pessoas da própria comunidade (LAROQUE; SILVA, 2013, p. 269).

Cabe destacar que faz pouco tempo que as políticas públicas voltadas à Educação Escolar Indígena visam à manutenção da cultura e das tradições dos povos indígenas. Não podemos esquecer que as políticas indigenistas anteriores à promulgação da Constituição de 1988 estavam orientadas para a assimilação da cultura nacional e de “civilização” dos povos indígenas, negando e suprimindo os valores culturais dos povos nativos.

## ■ CONCLUSÃO

O presente artigo manifesta a percepção de não índios acerca da cultura indígena. Evidentemente, muitas lacunas permanecem na compreensão desses aspectos culturais, incluindo os que são compreensíveis somente aos Kaingang. Nossa pretensão não foi realizar uma apropriação cultural, tampouco assumir o modo Kaingang de ser. Nossa proposta foi estabelecer algumas aproximações com os modos dos índios Kaingang conceber e agir no mundo. Ainda há muito o que aprender acerca da riqueza cultural desses povos, que, ainda que historicamente oprimidos desde o início do processo de colonização, resistem e mantêm muitos de seus costumes e tradições. Nesse sentido, a educação Kaingang é um potente





mecanismo de manutenção cultural, entendida como algo muito maior, que transcende a simples relação estabelecida em sala de aula, que acontece no coletivo e é permeada pela tradição oral e vivencial do cotidiano, constituindo o modo de ser Kaingang.

A experiência nos fez refletir acerca dos paradoxos que constituem nossa relação com a cultura indígena, bem como repensar os modos como nos relacionamos com a natureza, com os outros e conosco. Assim, foi possível conhecer e repensar nossas origens de matriz indígena, bem como as relações que estabelecemos com esses povos, ampliando reflexões acerca da constituição identitária indígena nos dias atuais, no tocante às relações com os não-indígenas, à demarcação de terras, à história e à cultura, de modo a desconstruir estereótipos, combater preconceitos e exercitar o respeito a diferentes culturas. Reconhecemos a cultura indígena como parte integrante e essencial da nossa comunidade; portanto, vivenciar e conhecer esses saberes é fundamental para constituirmos uma sociedade na qual prevaleça a equidade e que exercite vínculos mais potentes de convivência e de diálogo entre as diversidades. A partir dos estudos acerca das concepções cosmológicas - Kamé e Kairu -, da cultura indígena consolidada pela visita à aldeia Foxá, bem como do grafismo Kaingang, os estudantes foram convidados a realizar pinturas sobre madeira com padrões geométricos, com o intuito de materializar alguns dos aprendizados possíveis com o estudo empreendido. Como culminância da atividade, foi realizada uma exposição dos trabalhos produzidos pelos estudantes na escola e a ampliação das reflexões e discussões com a comunidade escolar.

**Figura 1.** Algumas experimentações gráficas realizadas pelos estudantes a partir das concepções cosmológicas Kaingang – Kamé e Kairu.



Fonte: Autores.





Fomos profundamente afetados pelos movimentos provocados pela proposta em âmbito geral, mas, com maior ênfase, a partir da vivência na aldeia. Sabemos que a relação entre indígenas e não indígenas não é uma relação tranquila, uma vez que são séculos de história de um movimento de colonização e de imposição cultural. A recepção de não indígenas nas aldeias é um movimento de resistência empreendido pelos índios, para nos conscientizarmos da importância de preservar os saberes e as culturas dos povos nativos. Ter tido esse privilégio reverberará nas ações e nas concepções vindouras acerca dos índios, tanto dos estudantes como dos professores, enriquecendo-nos e nos potencializando, sobretudo, como humanos.

## ■ REFERÊNCIAS

1. CRÉPEAU, Robert R. A prática do xamanismo entre os Kaingang do Brasil Meridional: uma breve comparação com o xamanismo Bororo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 113-129, dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v8n18/19058.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2020.
2. LAROQUE, Luís Fernando da Silva; SILVA, Juciane Beatriz Sehn da. Ambiente e cultura Kaingang: saúde e educação na pauta das lutas e conquistas dos Kaingang de uma terra indígena. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 29, n. 2, p. 253-275, jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v29n2/11.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020.
3. POHL, Ângelo Inácio; MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. Representações visuais da cestaria Kaingang na Terra Indígena Carreteiro: o grafismo e seus significados. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – SEÇÃO RIO GRANDE DO SUL, 9., 2008, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008. Disponível em: [http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212093583\\_ARQUIVO\\_textoanphuFINAL.pdf](http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212093583_ARQUIVO_textoanphuFINAL.pdf). Acesso em: 19 jun. 2020.
4. PRESTES, Fabiane da Silva; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. O direito à educação escolar indígena intercultural e bilíngue do povo Kaingang do Vale do Taquari/RS. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 18, n. 2, p. 313-324, 2018. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/8890>. Acesso em: 18 jun. 2020.

